



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA**

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge):

CONTRATO Nº 03/2025

**TERMO DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL
DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E
A EMPRESA JOSE ROBERTO
BROERING ME**

De um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**, com sede na Rua Frei Fidêncio Feldmann, n. 374, Centro, CEP 88140-000, inscrita no CNPJ sob nº 80.674.252/0001-35, neste ato representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. **JULIO JACOB BROERING NETO**, inscrito no CPF sob o nº 290.369.769-87 e RG nº 7.059.86, de ora em diante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **JOSE ROBERTO BROERING ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 46.344.805/0001-53, com sede na Rua Leopoldo João Meurer, nº 40, Bairro Centro, CEP 88140-000, Santo Amaro da Imperatriz/SC, representada neste ato por **JOSE ROBERTO BROERING**, inscrito no CPF sob o nº 714.731.819-68 e RG nº 2.060.876, doravante denominada **CONTRATADA**, com fundamento no Processo Licitatório nº 11/2025 - Dispensa de Licitação nº 10/2025 - Autorização nº 12/2025 e na Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações, especialmente o inciso II do artigo 75, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do contrato a contratação de empresa especializada em organização de eventos incluindo a decoração, serviços de buffet, sonorização, iluminação e infraestrutura, mestre de cerimônia e limpeza para a realização da Sessão Solene em comemoração ao Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Santo Amaro da Imperatriz, a ser realizada no dia 8 de julho de 2025, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO I – DECORAÇÃO E MOBILIÁRIO

- I. 25 (vinte e cinco) tampos de mesa redondo para 10 (dez) convidados;
- II. 25 (vinte e cinco) toalhas de mesa redonda;
- III. 1 (uma) mesa para autoridades com toalha e taças de cristal;
- IV. 1 (um) arranjo de flores em frente à mesa das autoridades;
- V. 7 (sete) cadeiras tiffany dourada;



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA

- VI. 280 (duzentos e oitenta) cadeiras com assento acolchoado;
- VII. 2 (duas) orquídeas embaladas;
- VIII. 1 (uma) mesa redonda dourada para o bolo;
- IX. 1 (uma) mesa redonda dourada para apoio;
- X. Fechamento do bar;
- XI. 1 (uma) passarela vermelha de 25 (vinte e cinco) metros;
- XII. 1 (um) arranjo mesa de apoio;
- XIII. 2 (duas) taças douradas grandes com 2 (dois) arranjos de flores;
- XIV. 25 (vinte e cinco) arranjos de mesa com 25 (vinte e cinco) sousplat espelho e vasos com flores;
- XV. 1 (um) tapete grande 3m x 2m para o hall de entrada;
- XVI. Bolo Cenográfico de 2 andares de 30 cm de altura, com bases de isopor maciço e revestido sem emendas com EVA de primeira linha, acompanhado de velas decorativas com o número 67 (sessenta e sete).

GRUPO II – SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E INFRAESTRUTURA

- I. 2 (duas) caixas Sub Grave T18;
- II. 2 (duas) caixas amplificadas 1000w rms com pedestal;
- III. 1 (uma) mesa de som digital 18 (dezoito) canais;
- IV. 2 (dois) microfones sem fio Shure;
- V. 1 (um) Microfone com fio Shure;
- VI. 1 (um) pedestal;
- VII. 18 (dezoito) metros de estrutura Box Truss Q30 para montar a trave 12x3m;
- VIII. 6 (seis) refletores de LED;
- IX. 4 (quatro) pares LED;
- X. 1 (uma) mesa de luz Avolite;
- XI. 1 (um) técnico de som.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA

GRUPO III – SERVIÇOS DE BUFFET

Comida:

I. 166 (cento e sessenta e seis) porções de Risoto de frango, 166 (cento e sessenta e seis) porções de pene de linguiça Blumenau e 168 (cento e sessenta e oito) porções de caldo de aipim com bacon, totalizando 500 (quinhentas) porções;

II. 276 (duzentos e setenta e seis) copos de vidro hanover;

III. 10 (dez) garçons;

IV. Bolo de 200 (duzentos) fatias, de massa amanteigada, recheado com chocolate cremoso ao leite, cobertura com ganache de chocolate;

V. 500 (quinhentas) cumbucas de isopor para caldos quentes 300ml, 700 (setecentos) garfos descartáveis, 250 (duzentos e cinquenta) colheres descartáveis para o caldo, 200 (duzentos) pratos descartáveis para bolo;

VI. 1.000 (mil) guardanapos Brancos, Tamanho 23,8 cm x 21,8 cm, Gramatura Mínima de 17 g/m².

Bebida:

I. 8 (oito) coca-colas zero de 2 (dois) litros;

II. 12 (doze) guaranás de 2 (dois) litros;

III. 30 (trinta) coca-colas de 2 (dois) litros;

IV. 10 (dez) dúzias de água sem gás.

GRUPO IV – MESTRE DE CERIMÔNIA

I - 1 (um) mestre de cerimônia com permanência mínima de 2 (duas) horas no evento.

GRUPO V – LIMPEZA

I. 1 (uma) pessoa para limpeza após a solenidade. Estrutura de aproximadamente 350 m² (Centro de Convivência da Melhor Idade de Santo Amaro da Imperatriz).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Este contrato é celebrado com fundamento no artigo 75, inciso II e artigo 182, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, Resolução nº 12, de 15 de dezembro de 2023, da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Processo Licitatório nº 11/2025, Modalidade Dispensa de Licitação nº 10/2025 e Autorização nº 12/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA

- a) Realização de reunião presencial, na sede da Câmara, em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, para alinhamento e definição de prazos e estratégias de execução do objeto;
- b) O espaço físico deve ser separado em dois ambientes distintos, sendo um para apoio às atividades de organização do evento e outro para a realização do evento propriamente dito, devendo possuir:
- b.1) sistema de climatização que garanta o conforto térmico dos usuários;
 - b.2) acesso à internet com velocidade de, no mínimo, 50 Mbps dedicados, com possibilidade de acesso via cabo de rede e Wireless. O acesso deverá ser estável e garantido durante todo o período da locação, estando a rede sempre dimensionada à quantidade de participantes do evento;
 - b.3) instalações sanitárias dimensionadas e compatíveis com o número de pessoas previsto para os eventos;
 - b.4) estacionamento privativo com, no mínimo, 10 (dez) vagas de garagem disponíveis;
 - b.5) sistema de prevenção e combate a incêndios;
 - b.6) coleta seletiva do lixo produzido;
 - b.7) demais requisitos de infraestrutura exigidos pela legislação para realização de eventos.
 - b.8) local para preparo das refeições que serão servidas no evento;
 - b.9) ter capacidade aproximada para 250 (duzentas e cinquenta) pessoas sentadas em mesas redondas;
 - b.10) ser livre de colunas e ter pé direito mínimo de 3,0 (três) metros;
 - b.11) possuir equipamentos e estrutura de iluminação suficientes para garantir a execução do evento;
 - b.12) possuir, preferencialmente, palco fixo com medidas aproximadas de 7m x 3,5m x 0,5m. Caso o auditório não possua palco fixo, sua instalação ficará a cargo da contratada, a qual arcará com todos os custos envolvidos;
 - b.13) possuir estrutura para instalação dos equipamentos de áudio e vídeo;
 - b.14) o espaço físico deverá, obrigatoriamente, estar localizado em Santo Amaro da Imperatriz e atender aos critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
 - b.15) os dois ambientes devem estar localizados no mesmo endereço;



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA

c) O sistema de áudio e iluminação deverá ser instalado, testado e posto em funcionamento até as 18h do dia 8 de julho de 2025.

c.1) Caso seja constatado qualquer problema de funcionamento do sistema durante a etapa de testes, a situação deverá ser solucionada antes da abertura do evento;

c.2) Caso seja constatado qualquer problema de funcionamento do sistema durante a realização do evento, a situação deverá ser solucionada em até 30 (trinta) minutos;

c.3) A CONTRATADA não cobrará diária adicional caso seja necessária a montagem dos equipamentos de áudio e iluminação em dias anteriores ao evento.

d) O mobiliário, as estruturas temporárias e demais materiais correlatos serão compostos do descrito no item 1.1 e deverão ser fornecidos pela CONTRATADA em perfeito estado de uso, aparência e funcionamento.

d.1) O mobiliário deverá ser instalado até as 18h do dia 8 de julho de 2025. Caso o salão não possua palco fixo, sua instalação ficará a cargo da contratada.

e) A CONTRATADA deverá fornecer os arranjos de flores naturais de acordo com o solicitado neste Termo de Referência, com flores em boa qualidade e vitalidade. Quando da indisponibilidade temporária do produto, a CONTRATADA deverá oferecer outros tipos de flores que sejam da mesma qualidade e durabilidade da contratada, sendo anteriormente aprovada pelo funcionário da CONTRATANTE.

e.1) O prazo para a entrega dos arranjos de flores naturais é de 4 (quatro) horas antes do início do evento, em local a ser indicado.

e.2) Deve-se assegurar que os arranjos de flores naturais somente serão entregues com a presença de funcionário responsável nomeado pela contratante para tal fim.

f) O serviço de alimentação será prestado durante o evento, para um público estimado de 250 (duzentas e cinco) pessoas, com duração de 3h.

f.1) Os produtos deverão ser produzidos no local ou serem entregues prontos para servir, apresentando boa aparência, consistência, temperatura, odor, cor, textura e sabor característicos.

f.2) A CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, 10 (dez) garçons, que ficarão responsáveis, entre outras atividades, por servir os alimentos e bebidas aos participantes e convidados do evento, assim como servir água à mesa diretiva.

f.3) Os itens alimentícios e as bebidas deverão ser acompanhados de todo o material necessário para a realização do serviço de buffet, tais como: bandejas, louças, copos, taças, talheres e guardanapos (papel) dentre outros.

g) Todas as despesas de montagem de palco, aparelhagens, funcionários e materiais de segurança, refeições e recolhimento de taxas e impostos porventura necessárias e exigidas por



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA

legislação serão de inteira responsabilidade da empresa a ser contratada, não existindo quaisquer ônus para a CONTRATANTE;

h) A CONTRATADA arcará com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

3.2. Aplicam-se à execução do contrato a Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, Resolução nº 12, de 15 de dezembro de 2023, da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, e demais normas relacionadas ao objeto desta contratação, especialmente para os casos omissos.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R\$ 21.550,00 (vinte e um mil quinhentos e cinquenta reais)**.

4.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE mediante nota fiscal de prestação de serviços, em até 30 (trinta) dias após a realização do evento.

4.3. O setor competente, para proceder ao recebimento/processamento e/ou pagamento, ao verificar falha na emissão da Nota Fiscal/Fatura apresentada, que não expressa os elementos necessários e essenciais do documento, solicitará os devidos ajustes à CONTRATADA.

4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

4.5. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

4.6. A CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal contendo as informações necessárias à conferência do material especificado para cada item.

4.7. As notas fiscais devem ser emitidas em nome e endereço do órgão contratante.

4.8. Havendo identificação na nota fiscal de cobrança indevida, o fato será informado à CONTRATADA e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida, sendo atestada pelo Fiscal de Contrato.

4.9. A identificação de cobrança indevida na nota fiscal, por parte da CONTRATANTE, deverá ocorrer em, no máximo, 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do seu recebimento pelo órgão requisitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA

4.10. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência contratual, inclusive.

4.11. Incluem-se no preço ajustado previsto no item 4.1 todos os custos com tributos, encargos financeiros, toda e qualquer despesa, bem como os acessórios indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto contratado e das obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE DOS VALORES

5.1. O preço contratado será fixo e irrevogável durante a vigência do contrato prevista na cláusula décima quarta, **podendo ser reajustado, em caso de prorrogação**, na forma do art. 92, § 3º, da Lei Federal n. 14.133/2021, **pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE**, tomando-se como período os meses que compreendem a data do orçamento estimado até a data final do contrato.

5.2. O reajuste preferencialmente será formalizado no mesmo instrumento de prorrogação da vigência do contrato, ou por Termo Aditivo, caso realizado em outra ocasião.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. A despesa decorrente do objeto deste contrato correrá por conta dos seguintes recursos orçamentários: **3.3.90.39.23.00.00.00**.

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO

7.1. Este instrumento e os valores poderão ser alterados na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no Capítulo VII, do Título III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Toda e qualquer alteração contratual deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo Presidente da Câmara Municipal, devendo ser formalizada por meio de Termo Aditivo e lavrado antes do término do prazo contratual.

7.3. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, não podendo as alterações transfigurar o objeto da contratação.

7.4. Caso haja alteração unilateral do Contrato que aumente ou diminua os encargos da CONTRATADA, a Câmara deverá restabelecer, no mesmo Termo Aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

7.5. A extinção do Contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA

7.6. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.7. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, no momento do recebimento;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por meio de servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) A Câmara Municipal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- g) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar os serviços em Santo Amaro da Imperatriz/SC, no dia 8 de julho de 2025, das 19h às 22h30min, em espaço físico com área coberta, compatível com a estrutura do evento;
- b) Arcar com todos os custos de pessoal para a Sessão Solene, sem nenhum custo adicional para a Câmara, e os serviços que necessitarem de execução, confecção, montagem, instalação ou organização prévia, deverão ser realizados e testados 1 (um) dia antes do início do evento;



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA

- c) Responsabilizar-se por toda a estrutura de logística, como equipamentos, materiais, veículos e outros necessários para a realização das atividades pertinentes a realização do evento;
- d) Responsabilizar-se pela contratação de 1 (um) mestre de cerimônia, o qual deverá permanecer, no mínimo, por 2 (duas) horas no evento;
- e) Entregar os produtos e serviços em estrita observância às instruções e especificações fornecidas. Os produtos especificados somente poderão ser substituídos por equivalentes de igual ou superior qualidade e características, se comprovados pela Câmara Municipal, e mediante autorização prévia, por escrito. Caso julgue necessário, a Câmara reserva-se o direito de realizar laudos técnicos para o esclarecimento de eventuais dúvidas com relação à qualidade dos produtos ofertados;
- f) Recolher seus pertences ao final do evento, ficando responsável por realizar a limpeza e conservação geral de todas as áreas a serem utilizadas, depois do evento;
- g) Responsabilizar-se por toda a montagem e desmontagem referente à pré-produção e pós-produção, contemplando todos os equipamentos e estruturas necessárias para a realização do evento, assim como todas as despesas de frete e mão-de-obra para levar material, montá-lo, desmontá-lo e recolhê-lo após o evento, bem como todos os impostos que incidirem sobre os serviços prestados;
- h) Disponibilizar toda a equipe de apoio e demais profissionais indispensáveis para a realização dos serviços, e providenciar todo o material necessário para os serviços de limpeza do local do evento;
- i) Obrigar-se a corrigir, remover ou substituir, totalmente às suas expensas, os produtos e serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou desconformidades, no total ou em parte, com o objeto deste Termo, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, contados da notificação;
- j) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida em edital ou aviso de dispensa eletrônica, o valor correspondente aos danos sofridos;
- k) Utilizar matéria-prima e insumos de primeira qualidade para os alimentos que necessitem de preparação prévia, os quais deverão ser preparados na cozinha da CONTRATADA, ou no local do evento;
- l) Providenciar a organização dos alimentos e bebidas no local do evento, com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário previsto para o início do evento. Os alimentos preparados deverão obedecer, em todas as fases, as técnicas corretas de culinária, ser saudáveis e adequadamente temperados, respeitando as características próprias dos ingredientes, assim como os diferentes fatores de modificação físico, químico e biológico, no sentido de assegurar a preservação dos nutrientes;



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA

- m) Acondicionar as bebidas e alimentos corretamente para que proporcionem sua perfeita conservação até o momento de serem consumidos, os quais deverão ser de primeira qualidade e estar na temperatura adequada ao consumo no horário do evento;
- n) Observar rigorosamente a legislação sanitária e as normas regulamentares sobre higiene, medicina e segurança do trabalho emanadas dos órgãos públicos competentes. Em caso de interdição das instalações do evento em decorrência de eventual auto de infração, a contratação poderá ser desfeita, adotando a Câmara Municipal as providências cabíveis;
- o) Assegurar amplo e irrestrito acesso ao Fiscal de Contrato aos locais de preparo dos alimentos;
- p) Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente contrato durante toda a sua execução, conservando todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;
- q) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Díssidio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- r) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal n. 14.133/2021);
- s) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (catorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- t) Não transferir, no todo ou em parte, o presente contrato;
- u) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- v) Adotar os critérios de sustentabilidade em todo o processo de prestação de serviço pela empresa em sua atividade essencial, não cabendo à Câmara Municipal essa incumbência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA

- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa de licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g da cláusula 10.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito de toda a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l da cláusula 10.1, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g da mesma cláusula que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea b desta cláusula, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- d) Multa, aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na cláusula 10.1, da seguinte forma:
 - d.1) Moratória, no valor de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA

d.2) O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da lei Federal n. 14.133/2021;

d.3) Compensatória, no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.9. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA poderão ser realizadas via Whatsapp ou e-mail, devendo ser por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade.

11.3. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.4. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

11.5. A CONTRATADA deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

11.6. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

11.7. A CONTRATANTE poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, bem como para a correção de falhas ou defeitos constatados.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA

11.8. A execução do contrato ou instrumento equivalente será acompanhada e fiscalizada pela servidora **GABRIELLA HORSTMANN MENGARDA**, fiscal de contrato.

11.9. O fiscal acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.10. As determinações e solicitações formuladas pelo fiscal do contrato deverão ser atendidas pela CONTRATADA em prazo razoável.

11.11. Na impossibilidade de atendimento às solicitações do fiscal contratual, a CONTRATADA deverá justificar os motivos por escrito.

11.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

11.14. A fiscalização a encargo da CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

11.15. O gestor do contrato ou instrumento equivalente será o servidor **REINALDO MAIA VIZCARRA**, que terá a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da referida Lei.

12.4. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA**

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA NULIDADE DO CONTRATO

13.1. O contrato poderá ser declarado nulo nas hipóteses previstas no artigo 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 148 a 150 da referida Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

14.1. O Contrato terá **início de vigência a contar da data da assinatura e encerramento em 10 de julho de 2025**, prorrogável pelo mesmo prazo.

14.2. Quando da prorrogação do Contrato, a Câmara assegurar-se-á que os preços contratados continuam compatíveis com os praticados no mercado, permitida a negociação com a CONTRATADA ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

14.3. A prestação dos serviços descritos nos Grupos I, II, III e IV deverá ser realizada no dia 8 de julho de 2025. Já a prestação do serviço descrito no Grupo V deverá ser realizada até a data de 9 de julho de 2025, até as 9h da manhã.

14.4. Antes de prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo (art. 90, § 4º, Lei Federal n. 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. Caberá a CONTRATANTE providenciar a publicação deste contrato e seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), no prazo de 10 (dez) dias úteis (art. 94, II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 16, II, da Resolução nº 12/2023 da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz).

15.2. Caberá a CONTRATANTE providenciar a publicação deste contrato no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Para dirimir dúvidas oriundas do presente Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz/SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA**

E por estarem justas e contratadas, de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente, em 04 (quatro) vias de igual teor, junto às testemunhas que também assinam, para que produza os devidos fins jurídicos.

Santo Amaro da Imperatriz, 03 de junho de 2025.

JULIO JACOB BROERING NETO
Presidente da Câmara Municipal de Santo
Amaro da Imperatriz
CONTRATANTE

JOSE ROBERTO BROERING
Representante da empresa José Roberto
Broering ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: